



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

01/06/2015 ATÉ 01/06/2015



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	1
2	ESMAM	
	2.1 SINDJUS.....	2
3	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	3.1 BLOG DANIEL MATOS.....	3
	3.2 BLOG DIEGO EMIR.....	4
	3.3 BLOG GENIVALDO ABREU.....	5
	3.4 O IMPARCIAL ONLINE.....	6

Deputado Wellington participa de Painel Jurídico sobre Redução da Maioridade Penal

Deputado Wellington participou do Painel Jurídico sobre a Redução da Maioridade Penal e os 25 anos do ECA|Wellington defendeu criação de mais vagas em escolas para enfrentar o envolvimento de menores com o crime|

Wellington defendeu criação de mais vagas em escolas para enfrentar o envolvimento de menores com o crime|

O deputado estadual Wellington do Curso (PPS), vice-presidente das Comissões de Educação e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, participou, na última sexta-feira (29), de Painel Jurídico sobre a Redução da Maioridade Penal e os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realizado pelo Curso de Direito da Faculdade Florence.

O evento aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa e contou com as presenças da Diretora Geral da Faculdade Florence, Rita Ivana Barbosa Gomes; da Coordenadora do Curso de Direito, professora mestre Ana Maria Marques; do conferencista, professor mestre Marlon Barreto, do Supremo Tribunal de Justiça; da Promotora da Infância e Juventude, Fernanda Helena; do Procurador do Estado, Miguel Pereira; da Presidente do Conselho Municipal da Criança, Neuza Ribeiro; do Defensor Público do Estado do Maranhão, Murillo Guazzeli; do Juiz titular da 2ª vara da Infância e Juventude, José Costa, além de acadêmicos de Direito e membros da sociedade civil.

"Há diversos posicionamentos doutrinários sobre a redução da maioridade penal. Embora fosse considerada 'cláusula pétrea', ou seja, não seria passível de alteração, há quem afirme que a maioridade penal é imutável, mas não o número, no caso, a alteração de 18 para 16. Independente disso, discute-se o caráter imputabilidade que permeia os jovens e que, não necessariamente, se confunde com impunidade, o que traz à tona os 25 anos do ECA. Ressalta-se que mais do que simples debate imediato é imprescindível que se faça uma análise embasada em perspectivas futuras. Enquanto professor e educador, vejo a educação como a base de tudo e, por isso, defendo a criação de vagas em escolas e em empregos e não em presídios", declarou Wellington.

Deputado Wellington participa de Painel Jurídico sobre Redução da Maioridade Penal

Deputado Wellington participa de Painel Jurídico sobre Redução da Maioridade Penal

O deputado estadual Wellington do Curso (PPS), vice-presidente das Comissões de Educação e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, participou, na última sexta-feira (29), de Painel Jurídico sobre a Redução da Maioridade Penal e os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realizado pelo Curso de Direito da Faculdade Florence.

O evento aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa e contou com as presenças da Diretora Geral da Faculdade Florence, Rita Ivana Barbosa Gomes; da Coordenadora do Curso de Direito, professora mestre Ana Maria Marques; do conferencista, professor mestre Marlon Barreto, do Supremo Tribunal de Justiça; da Promotora da Infância e Juventude, Fernanda Helena; do Procurador do Estado, Miguel Pereira; da Presidente do Conselho Municipal da Criança, Neuza Ribeiro; do Defensor Público do Estado do Maranhão, Murillo Guazzeli; do Juiz titular da 2ª vara da Infância e Juventude, José Costa, além de acadêmicos de Direito e membros da sociedade civil.

"Há diversos posicionamentos doutrinários sobre a redução da maioridade penal. Embora fosse considerada 'cláusula pétrea', ou seja, não seria passível de alteração, há quem afirme que a maioridade penal é imutável, mas não o número, no caso, a alteração de 18 para 16. Independente disso, discute-se o caráter imputabilidade que permeia os jovens e que, não necessariamente, se confunde com impunidade, o que traz à tona os 25 anos do ECA. Ressalta-se que mais do que simples debate imediato é imprescindível que se faça uma análise embasada em perspectivas futuras. Enquanto professor e educador, vejo a educação como a base de tudo e, por isso, defendo a criação de vagas em escolas e em empregos e não em presídios", declarou Wellington.

Deputado Wellington participa de Painel Jurídico sobre Redução da Maioridade Penal

O deputado estadual Wellington do Curso (PPS), vice-presidente das Comissões de Educação e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, participou, na última sexta-feira (29), de Painel Jurídico sobre a Redução da Maioridade Penal e os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realizado pelo Curso de Direito da Faculdade Florence. O evento aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa e contou com as presenças da Diretora Geral da Faculdade Florence, Rita Ivana Barbosa Gomes; da Coordenadora do Curso de Direito, professora mestre Ana Maria Marques; do conferencista, professor mestre Marlon Barreto, do Supremo Tribunal de Justiça; da Promotora da Infância e Juventude, Fernanda Helena; do Procurador do Estado, Miguel Pereira; da Presidente do Conselho Municipal da Criança, Neuza Ribeiro; do Defensor Público do Estado do Maranhão, Murillo Guazzeli; do Juiz titular da 2º vara da Infância e Juventude, José Costa, além de acadêmicos de Direito e membros da sociedade civil.

"Há diversos posicionamentos doutrinários sobre a redução da maioridade penal. Embora fosse considerada 'cláusula pétrea', ou seja, não seria passível de alteração, há quem afirme que a maioridade penal é imutável, mas não o número, no caso, a alteração de 18 para 16. Independente disso, discute-se o caráter imputabilidade que permeia os jovens e que, não necessariamente, se confunde com impunidade, o que traz à tona os 25 anos do ECA. Ressalta-se que mais do que simples debate imediato é imprescindível que se faça uma análise embasada em perspectivas futuras. Enquanto professor e educador, vejo a educação como a base de tudo e, por isso, defendo a criação de vagas em escolas e em empregos e não em presídios", declarou Wellington.

TJMA: Jornalistas discutem função social da imprensa

Os jornalistas discutiram a função social da imprensa (Foto: Ribamar Pinheiro)

O papel dos meios de comunicação e a função social da imprensa na atual conjuntura política. Este foi um dos assuntos discutidos pelos profissionais da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, no projeto "Café com Palavra", em mesa-redonda com o jornalista Itevaldo Júnior. Profissional com experiência nas áreas política e cultural, com reportagens marcantes na imprensa maranhense, Itevaldo Júnior afirmou em debate com os jornalistas do TJMA que os meios de comunicação social ocupam papel importante no processo de mudança da realidade política, econômica e social no País. Questionado se a comunicação online, com os inúmeros recursos oferecidos pela Internet, pode comprometer a sobrevivência do jornal impresso, Itevaldo Júnior frisou que os veículos tradicionais de comunicação não podem competir de forma ingênua com a Internet. Para o jornalista, o jornal impresso tem que se reinventar nessa nova realidade no mercado da comunicação, para manter sua vitalidade como instrumentos de comunicação eficiente junto à sociedade, que já consegue aferir a qualidade da informação que recebe. Segundo ele, os veículos tradicionais, em especial impressos, devem manter o que têm de melhor, ampliando o contato com a sociedade, com efetivos investimentos no conteúdo e na qualidade do jornalismo praticado, dando mais consistência à notícia e evitando a superficialidade. Itevaldo Júnior diz que a força do jornalismo impresso está nas grandes reportagens com abordagens contextualizadas sobre temas pertinentes à sociedade, descrevendo o mundo no qual vivemos. O jornalista enfatizou que a imprensa tem que exercer plenamente a sua função social. No caso específico dos jornais, ele ressaltou que esse segmento de mídia não pode abandonar as grandes reportagens e tratar com superficialidade questões que definem a vida do cidadão. Na ocasião, ele apresentou aos jornalistas da Assessoria de Comunicação do TJMA o livro "Quase Retratos", obra literária da sua lavra, concebida a partir da sensibilidade e do olhar atento do jornalista no cotidiano profissional.

Café Com Palavra - O projeto "Café com Palavra" acontece às segundas-feiras, antes do horário de expediente. Além de promover maior integração entre os profissionais da Assessoria de Comunicação, possibilita momentos de reflexão sobre temas do cotidiano. (informações TJMA).

Campanha de doação de sangue será nesta quarta em frente ao Fórum de São Luís

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa realiza nesta quarta-feira, 03, a campanha de doação de sangue "Você é a gota que falta". A iniciativa é uma parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar que disponibilizará uma unidade móvel para coleta, em frente ao fórum, no Calhau. O objetivo é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem no fórum no dia da campanha.

A coleta de sangue, realizada por profissionais do Hemomar, será das 9h às 17h. O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Tavares Filho, explica que a unidade móvel possui capacidade para atender quatro pessoas simultaneamente. A coleta dura cerca de 15 minutos; é feita com material estéril e descartável, sem risco de contrair doença. Antes da coleta, o doador passa por avaliação clínica e entrevista de forma individual e sigilosa.

O diretor do fórum, juiz Osmar Gomes dos Santos, disse que a campanha integra o calendário de ações desenvolvidas pela diretoria do órgão ao longo do ano, a exemplo das campanhas periódicas de vacinação, palestras sobre medidas voltadas para a saúde do público interno e outras atividades. Em 2015 estão sendo realizadas também diversas atividades de integração, valorização do público interno e humanização do ambiente de trabalho.

Incentivo à doação - o projeto "Doar é Amar", desenvolvido pela Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça em articulação com a Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão Médica e Odontológica, visa estimular a doação de sangue pelos magistrados e servidores do Poder Judiciário, contribuindo para a manutenção de estoque de sangue no Hemocentro do Maranhão. Atende também aos magistrados, servidores e seus dependentes, quando houver necessidade de transfusão de sangue. Todo o trabalho é realizado em parceria com o Hemomar.

Por que doar - o ato é voluntário e salva vidas. É um gesto de solidariedade e cidadania. A doação é segura e quem doa uma vez não é obrigado a fazê-lo sempre. No entanto, é muito importante que pessoas saudáveis doem sangue regularmente.

Em cada doação são realizados exames que incluem pesquisa para Hepatite B e C, Doença de Chagas, AIDS, Sífilis e HTLV I/II. Havendo qualquer alteração nos resultados, o doador será convocado para confirmação de exames. O sangue doado é separado em diferentes componentes (hemácias, plaquetas e plasma) e assim poderá beneficiar mais de um paciente com apenas uma unidade coletada.

Condições básicas para doar sangue:

- Apresentar documento com foto, válido em todo território nacional;*
- Estar bem de saúde;*
- Ter entre 16 e 69 anos de idade. Adolescentes só doam mediante consentimento formal do responsável legal;*
- Pesar acima de 50 Kg;*
- Não estar em jejum;*
- Dormir bem nas últimas 24 horas;*
- Não ingerir bebidas alcoólicas 12 horas antes da doação;*
- Não ter se exposto a situação de risco que favoreça a contaminação por doenças transmissíveis pelo sangue.*

Internauta você pode compartilhar pelo WhatsApp no número (98) 9 9188 8267 informações, denúncias e sugestões para o portal O Imparcial

ESMAM iniciará levantamento de informações para cursos destinados aos servidores

O SINDJUS-MA e a Esmam firmaram parceria em prol da qualificação e capacitação do servidor do judiciário maranhense.

Na segunda-feira, dia 1º de junho, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) iniciará um levantamento com todos os servidores do Poder Judiciário com o objetivo de colher informações acerca de temas para cursos e treinamentos. O questionário será disponibilizado no sistema MentoRH, assim que for feito o acesso.

Serão quatro questões simples, que nortearão o planejamento de cursos e ações da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (DTA) da ESMAM. Na primeira, o servidor deverá listar as três principais atividades que executa em suas funções; na segunda, indicar até quatro treinamentos que seriam necessários para aprimorar o desempenho no trabalho; na terceira, responder se tem interesse em ser instrutor interno; e a quarta, em caso positivo da terceira, em qual área de cursos haveria o interesse de ser instrutor.

De acordo com a chefe da DTA, Kharen Costa, o levantamento permitirá identificar deficiências que os servidores têm sentindo em relação aos treinamentos. “Há departamentos muito específicos no Judiciário que ainda não foram contemplados com capacitações e cursos. Temos mudanças de leis, o novo Código de Processo Civil que entrará em vigor, temas que deverão ser trabalhados em cursos para servidores no 2º semestre deste ano”, pontuou.

Estima-se que em duas semanas todos os servidores tenham respondido ao formulário, que aparecerá automaticamente no acesso ao MentoRH. “É muito importante que o servidor nos repasse essas informações, levando em consideração que esse será um mecanismo crucial no desenvolvimento do calendário e planejamento dos cursos da ESMAM, com o objetivo de atender de forma eficaz às necessidades dos servidores do Judiciário”, completa a secretária-geral da ESMAM, Marilse Medeiros.